PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ESCLARECIMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2025

O Pregoeiro deste TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, em atendimento aos pedidos de esclarecimento apresentados no **Pregão Eletrônico nº 90013/2025**, torna público para conhecimento dos interessados as seguintes informações:

Questionamento 1:

8.6 - A critério do Tribunal, será exigida do licitante provisoriamente vencedor, teste de bancada para comprovação de que o sistema de Telefonia IP em nuvem ofertado é compavel com os deskphones utilizados neste Tribunal (aparelhos da fabricante Avaya, modelos 9608G, 9611G e J169).

Com relação ao item 8.6 do Edital de Pregão Eletrônico 90013/2025, que trata de teste de bancada para comprovação de que o sistema de Telefonia IP em nuvem ofertado é compavel com os deskphones utilizados neste Tribunal (aparelhos da fabricante Avaya, modelos 9608G, 9611G e J169) e entendendo que os telefones propostos deverão realizar as funcionalidades citadas da letra “a” à letra “ f “ nas mesmas condições que o aparelho atual realiza, mas no texto do edital não detalha como seria passo a passo, entendemos que as facilidades solicitadas dos subitens A até F devem funcionar da seguinte forma conforme características do fabricante Avaya:

a) Captura de chamadas em grupo: Permite que um usuário pertencente a um grupo capture chamadas utilizando um botão sico ou sokey no aparelho, sem a necessidade de inserir o número do telefone. Caso o usuário não faça parte do grupo, ainda assim poderá capturar chamadas de outro grupo apenas discando o ramal desejado.

b) Desvio de chamadas recebidas: Possibilita o redirecionamento de todas as chamadas recebidas para um número específico, correio de voz ou grupo de atendimento, por meio de um botão sico ou sokey. Caso a primeira opção de desvio não esteja disponível, uma segunda alternativa pode ser acionada automaticamente. Além disso, oferece a opção de silenciar o toque do aparelho sem encaminhar as chamadas para o desvio programado.

c) Função chefe-secretária: Permite que a secretária tenha um botão sico ou sokey para monitorar se o chefe está em chamada. Se esver, ela poderá sussurrar diretamente no áudio do chefe, sem que o interlocutor da ligação perceba. Além disso, a secretária pode receber e filtrar todas as ligações desnadas ao chefe, exceto aquelas provenientes de sua linha pessoal. d) Retorno automático: Caso o ramal chamado esteja ocupado, o usuário pode pressionar um botão ou sokey durante a tentativa de ligação para avar o retorno automático. Assim que o ramal esver disponível, a chamada será reconectada automaticamente.

e) Transferência de ligações:

Permite a transferência de chamadas de forma supervisionada ou automática para outro ramal, correio de voz ou grupo de atendimento, utilizando um botão sico ou sokey e, caso a chamada não seja atendida, retomá-la para a origem, devendo agir de duas formas:

Transferência automática: A chamada é encaminhada diretamente para o desno.

Transferência supervisionada: O usuário pode falar com o destinatário antes de concluir a transferência

f) Identificação de chamadas na tela do telefone: Exibe na tela do telefone do destinatário o nome do chamador, desde que esteja cadastrado na agenda de contatos da central telefônica ou em um diretório externo, como o Acve Directory (LDAP). Desta forma o descrito acima servirá de orientação para todos os proponentes que optarem por manter os aparelhos atuais.

Estamos corretos em nosso entendimento?

Resposta 1:

Informamos que, de modo a comprovar a compatibilidade dos aparelhos com o novo sistema e mantendo a coerência com o Termo de Referência, sem inclusão de novos requisitos, os testes de bancada serão realizados da seguinte forma detalhada:

a) Captura de chamadas em grupo: Permitir que um usuário pertencente a um grupo capture chamadas utilizando um botão físico ou softkey no aparelho, sem a necessidade de inserir o número do telefone.

b) Desvio de chamadas recebidas: Possibilitar o redirecionamento de todas as chamadas recebidas para um número específico, por meio de um botão físico ou softkey. c) Função chefe-secretária: Permitir que a secretária tenha um botão físico ou softkey para monitorar se o chefe está em chamada. Além disso, a secretária pode receber e filtrar todas as ligações destinadas ao chefe.

d) Retorno automático: Caso o ramal chamado esteja ocupado, o usuário poderá pressionar um botão ou softkey durante a tentativa de ligação para ativar o retorno automático. Assim que o ramal estiver disponível, a chamada será reconectada automaticamente.

e) Transferência de ligações: Permitir a transferência de chamadas de forma supervisionada ou automática para outro ramal, utilizando um botão físico ou softkey e, caso a chamada não seja atendida, retomá-la para a origem, devendo agir de duas formas: Transferência automática: A chamada é encaminhada diretamente para o destino. Transferência supervisionada: O usuário pode falar com o destinatário antes de concluir a transferência.

f) Identificação de chamadas na tela do telefone: Exibir na tela do telefone do destinatário o nome do chamador, desde que esteja cadastrado na agenda de contatos da central telefônica ou em um diretório externo, como o Active Directory (LDAP).

Esclarecemos também que, conforme os requisitos de segurança da informação contidos no Anexo I do Termo de Referência, os testes deverão ser realizados com os telefones utilizando SIP/TLS. Aproveitamos para informar que independente dos testes de bancada, conforme o item 12.10 do Edital, o TRT-18 reserva-se o direito de

fazer diligências para confirmar o atendimento de todas as exigências especificadas na habilitação técnica e na assinatura do contrato.

Questionamento 2:

Entendemos que poderá ser apresentado atestado técnico de outro CNPJ do mesmo grupo sócio econômico para a comprovação da qualificação técnica. Está correto nosso entendimento?

Resposta 2:

O seu entendimento NÃO está correto. Somente serão aceitos atestados com CNPJ da matriz ou filial.

Questionamento 3:

Entendemos que caso a contratada faça opção por manter a manutenção no PABX AVAYA existente e seus aparelhos, este deverá comprovar ser parceira autorizada do fabricante AVAYA. Está correto nosso entendimento.

Resposta 3:

A contratada NÃO poderá optar por manter a manutenção do PABX AVAYA existente (que está instalado nas dependências deste Tribunal). Ela DEVERÁ migrar o sistema de Telefonia IP do Tribunal para a nuvem, conforme item 1 do ANEXO I do Termo de Referência. O que a contratada pode optar é por utilizar um sistema de outro fabricante, que não a AVAYA, desde que seja mantida a mesma quantidade de licenças de ramal e total compatibilidade com os deskphones utilizados do Tribunal (modelos Avaya 9608G, 9611G e J169).

Questionamento 4:

Caso o Tribunal aceite manter a estrutura de telefonia existente, sendo o equipamento AVAYA, a contratada devesse realizar atualização da última versão disponível pelo fabricante?

Resposta 4:

O sistema de telefonia IP do Tribunal DEVERÁ ser migrado para a nuvem. A contratada, independente de qual sistema em nuvem ofertar, deverá mantê-lo sempre atualizado na última versão disponível e corretamente licenciado para a quantidade de ramais contratada, conforme item 13 do ANEXO I do Termo de Referência.

Questionamento 5:

Solicitamos a informação sobre qual é a versão atual da central telefônica AVAYA existente e data da última atualização.

Resposta 5:

O sistema atual do Tribunal é o AVAYA AURA 10, atualizado na data de 5/12/2023.

Questionamento 6:

Referente aos 1040 aparelhos, perguntamos se a contratada poderá oferecer a proposta parcial dos aparelhos em comodato (exemplo: oferecer proposta para substituição de 200 unidades e manter o restante, independente do modelo).

Resposta 6:

A contratada DEVERÁ ofertar proposta para todos os 1040 telefones, caso opte pela entrega dos aparelhos em comodato.

Questionamento 7:

Entendemos que não serão aceitas apenas as soluções baseadas em software livre sustentados e desenvolvidos por comunidade de desenvolvedores da internet. Mas que serão aceitas soluções baseadas em softwares especializados e dedicados à finalidade de telefonia, com suporte do respectivo fabricante proprietário do seu código fonte, devidamente registrado e legalizado para atuar comercialmente e estabelecido de acordo com as normas internacionais e no Brasil, durante toda a vigência contratual. Os sistemas operacionais com núcleo de softwares livres, já são usados na instituição do TRT a nível nacional, como por exemplo, o TRT utiliza Linux no sistema PJe entre outras aplicações, vejamos no link: https://memoria.rnp.br/newsgen/0105/trt_e_linux.html#ng-4

Neste sentido, não há motivo para a restrição desta tecnologia. Conforme o exposto acima entendendo que será aceito as soluções desenvolvidas com núcleo de base de dados software Linux. Está correto nosso entendimento? Caso não seja este o entendimento do TRT18, favor nos responder tecnicamente sobre esta restrição.

Resposta 7:

O seu entendimento está CORRETO. Sistemas de Telefonia IP hospedados em sistemas operacionais baseados em Linux serão aceitos, uma vez que a não aceitação restringiria demais a competitividade, podendo inviabilizar a contratação. O que NÃO será aceito é que o próprio sistema de Telefonia IP seja baseado em padrão aberto ou software livre, a exemplo do Asterisk, pelos motivos citados no item 2.3 do ANEXO I do Termo de Referência.

Questionamento 8:

Qual a quantidade de aparelhos referentes a cada modelo legado (9608G, 9611G e J169)?

Resposta 8:

Está descrito no item 3 do ANEXO I do Termo de referência. São 1040 aparelhos, sendo 800 9608G, 200 9611G e 40 J169.

Questionamento 9:

Entendemos que, para essa contratação, o TRT-GO está solicitando apenas as 1.300 licenças de ramal, garantindo a homologação com seus aparelhos legados. Caso a homologação para determinados modelos de aparelhos não ocorra com sucesso, a licitante deve ofertar, sem custos adicionais, um modelo compatível. Nosso entendimento está correto?

Resposta 9:

O entendimento está parcialmente correto. Caso a licitante julgue que pode não atender aos requisitos que serão cobrados nos testes de bancada, ela deverá ofertar os aparelhos em comodato juntamente à proposta, ou seja, no Pregão, antes dos

testes de bancada. Conforme descrito no item 5.2 do Termo de Referência. Os novos aparelhos deverão ser homologados pelo sistema ofertado. A licitante vencedora poderá então pedir os testes de bancada para verificar a compatibilidade do sistema ofertado com os aparelhos atuais (9608G, 9611G e J169), e caso estes sejam compatíveis, não haverá necessidade de entrega dos aparelhos ofertados, caso contrário, a licitante vencedora será OBRIGADA a entregar os aparelhos ofertados.

Questionamento 10:

Entendemos que os troncos para interligação com a operadora (mundo externo) serão mantidos utilizando os entroncamentos legados. Nosso entendimento está correto?

Resposta 10:

O entendimento está correto. Conforme está descrito no item 3 do ANEXO IV do Termo de Referência. Apenas enfatizamos que os entroncamentos estão nas dependências do Tribunal e que, caso necessário, a contratada deverá instalar um gateway para interligação do sistema de Telefonia IP com esses troncos sem adição de custos para o Tribunal. Conforme item 7 do ANEXO I do Termo de Referência e item 5.2 do ANEXO IV do Termo de Referência.

Questionamento 11:

Adicionalmente, gostaríamos de saber qual o padrão de entroncamento utilizado pelo TRT-GO: Tronco SIP ou E1 (ISDN)?

Resposta:

Está descrito no item 2 do ANEXO IV do Termo de Referência. São 4 troncos E1/ISDN. também temos contratados 1400 DDR que serão utilizados pelo Sistema de Telefonia IP.

Questionamento 12:

Entendemos que a solução de Telefonia IP contratada deverá integrar-se ao tronco legado já existente no TRT-GO para possibilitar a realização de chamadas externas sem a necessidade de reconfiguração ou aquisição de novos troncos. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, poderia esclarecer se há necessidade de alguma adaptação adicional ou fornecimento de equipamentos específicos para essa integração?

Resposta 12:

O sistema de Telefonia IP em nuvem deverá utilizar os troncos E1 já adquiridos pelo Tribunal, sem a necessidade de aquisição de novos troncos. Com relação a reconfiguração, caso necessário a contratada deverá entregar um gateway para interligação do sistema de telefonia IP com esses troncos e realizar as devidas configurações. A conexão do sistema de Telefonia IP com troncos externos é mencionada explicitamente nos itens 4 a 7 do ANEXO I, bem como no item 5 do ANEXO IV, que também prevê que enquanto estiver ocorrendo a migração do sistema atual para o novo sistema, os telefones que estão em ambos sistemas devem poder conversar entre si e também fazer e receber ligações externas.

Questionamento 13:

Considerando que a homologação dos aparelhos legados Avaya com um sistema de Telefonia IP de fabricante diferente pode envolver desafios técnicos específicos, entendemos que a realização dos testes propostos busca garantir a operação plena dos dispositivos atualmente em uso. No entanto, diante da complexidade técnica da integração entre plataformas distintas, caso a licitante consiga atender com sucesso a 5 das 6 funcionalidades exigidas, assegurando o funcionamento essencial dos serviços e a continuidade operacional da telefonia do TRT-GO, é possível considerar a homologação aprovada, sem a necessidade de fornecimento de novos aparelhos?

Resposta 13:

Será necessário atender a todas as 6 funcionalidades para que consideremos os telefones compatíveis.

Questionamento 14:

Entendemos que a CONTRATADA será responsável pela portabilidade das linhas existentes. Está correto o entendimento? Quantas serão as linhas a serem portadas e mantidas?

Resposta:

Conforme descrito no ANEXO IV, o sistema de Telefonia IP em nuvem deverá utilizar os troncos E1 e numerações DDR já contratados pelo Tribunal ((62)3222-5000 ao (62)3222-5999 e (62)3222-4000 ao (62)3222-4399). Portanto, não há que se falar de portabilidade, haja vista que não trocaremos nosso contrato com a operadora de telefonia atual que fornece os troncos e as numerações DDR.

Questionamento 15:

Entendemos que a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de minutos ilimitados à CONTRATANTE. Está correto o entendimento?

Resposta 15:

O entendimento está parcialmente correto. Esta contratação é apenas para o sistema de Telefonia IP em nuvem, sem contratação de operadora para fornecer os troncos e números DDR para interligação com o Sistema de Telefonia Fixa Comutada brasileiro, pois o Tribunal já possui um contrato que fornece 4 troncos E1 e 1400 DDR. Portanto, para ligações externas a CONTRATADA deverá integrar o sistema de Telefonia IP em nuvem com esses troncos através de gateways fornecidos em comodato pela CONTRATADA ou outros equipamentos que se fizerem necessários. Sendo então as ligações externas tarifadas APENAS pela operadora atualmente contratada pelo Tribunal, não podendo haver custo adicional por parte da CONTRATADA. Já para as ligações internas, ou seja, entre todos os 1300 ramais contratados do sistema de Telefonia IP em nuvem, não deverá haver cobrança e deverá possuir minutos ilimitados.

Questionamento 16:

Entendemos que a CONTRATADA NÃO será responsável pelo fornecimento de Link de Internet, sendo que poderá fazer uso do Link existente na CONTRATANTE para a prestação dos serviços. Está correto o entendimento?

Resposta 16:

O entendimento está CORRETO.

Questionamento 17:

Entendemos que a CONTRATADA NÃO será responsável pelo fornecimento de aparelhos Ip. Está correto o entendimento?

Resposta 17:

A CONTRATADA não será responsável pelo fornecimento de aparelhos IP SOMENTE se comprovar através de testes de bancada a compatibilidade do sistema ofertado com os telefones IP que o Tribunal possui, conforme item 5.1 do Termo de Referência. Caso contrário, ela deverá ofertar 1040 telefones em comodato com as especificações mínimas constantes no Item 25 do ANEXO I do Termo de Referência, sendo responsável pelo seu fornecimento.

Goiânia, 17 de março de 2025.

Thaís Artiaga Esteves Nunes
Pregoeira